

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1118/XII/4.^a

RECOMENDA A IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DE MEDIDAS DE APOIO À INFÂNCIA

No início de um novo ano letivo, aos problemas com que as escolas se deparam, da falta de professores e funcionários a problemas de instalações e equipamento, juntam-se os problemas vividos por cada família pela falta de apoios às crianças e jovens.

A situação é preocupante em todos os escalões etários e ciclos de ensino. Portugal é, segundo a UNICEF, o país da zona euro com maior percentagem de crianças carenciadas e um dos países que menos apoia as famílias. A despesa pública em percentagem do PIB com prestações sociais dirigidas às famílias é metade da média da zona euro. Num país em que duas em cada cinco crianças são pobres, a distribuição dos recursos públicos demonstra um esquecimento sistemático da infância.

A pobreza infantil é uma violação dos direitos humanos que tem como primeiras vítimas as crianças e que penaliza toda a sociedade. A UNICEF aponta dois argumentos determinantes para a urgência de políticas de prevenção e combate à pobreza infantil:

- As crianças só têm uma oportunidade para o normal desenvolvimento mental e físico, pelo que o compromisso com a sua proteção da pobreza tem de ser mantido nos bons e nos maus momentos;
- A pobreza infantil tem custos pesados para as nações, nomeadamente pela redução das competências e produtividade, baixos níveis de saúde e educação, maior

probabilidade de desemprego e dependência da segurança social, maiores custos ao nível dos sistemas judiciais e de proteção social, perda de coesão social.

Em Portugal, as famílias têm sofrido cortes significativos nos rendimentos, seja por cortes em salários e pensões, aumento do custo de vida, desemprego, diminuição dos subsídios de desemprego, subsídio social de desemprego e rendimento social de inserção. Acresce que, nos últimos anos, foram retirados diversos apoios à infância e juventude, desde logo com os cortes no abono de família em 2010, mas também cortes noutras políticas transversais, como seja, em 2012, o fim dos descontos nos passes para os transportes públicos. Simultaneamente assiste-se à incapacidade de uma resposta pronta do Estado em situações de quebra de rendimento das famílias. O período de espera a que ainda está sujeita a reavaliação da situação do agregado familiar para escalão do abono de família pode significar para uma criança meses de espera pelo acesso a manuais e refeições escolares.

A situação de crise vivida pelas famílias e a extrema precariedade laboral dos adultos, com aumento da jornada de trabalho e desregulação de horários, torna especialmente urgente a resposta pública onde ela mais tem faltado: a primeira infância. Não existe ainda resposta pública capaz na educação pré-escolar e não foi sequer criada uma rede pública de creches.

O Conselho Nacional de Educação, no seu relatório sobre o Estado da Educação agora publicado, denuncia: «Não é compreensível que uma família da classe média pague mais por uma criança na creche ou jardim-de-infância dos sistemas não públicos do que por um jovem a frequentar o Ensino Superior».

No que respeita às creches, a situação de escassez da oferta é particularmente grave. Muitas famílias vivem quotidianamente o pesadelo da conciliação da vida familiar e profissional face à completa ausência de apoio e multiplicam-se os casos de recurso a esquemas de guarda informal e ilegal, por não serem capazes de pagar as creches privadas, com os perigos de segurança que isso representa.

No caso da educação pré-escolar estamos perante a extrema injustiça do Estado garantir o acesso gratuito a quem frequenta a rede pública, mas não garantir vaga para todas as crianças. Assim, uma criança que tem vaga na rede pública tem acesso gratuito à educação pré-escolar e uma outra criança, com a mesma idade, e mesmo que faça parte

de um agregado familiar com menor rendimento, tem de pagar para frequentar o jardim-de-infância privado. Não podemos permitir mais um ano letivo de injustiça e penalização das crianças, tanto mais que a frequência da educação pré-escolar é um direito das crianças e um instrumento necessário ao seu desenvolvimento.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Alargamento da rede pública de apoio à infância e dos apoios sociais a crianças e jovens para acabar com as listas de espera para amas, creches familiares, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres.
2. Garantir a universalidade e igualdade no acesso à educação pré-escolar, através de protocolo do Estado com instituições privadas que garantam o acesso gratuito das crianças que não tenham vaga na rede pública ou habitem em localidades onde a oferta pública não exista.
3. Garantir o acesso universal às respostas de apoio social à primeira infância - amas e creches - pela comparticipação pública a 100% das mensalidades nas instituições com protocolo do Estado onde a oferta pública não exista.
4. Estender a isenção de título de transporte em todos os transportes coletivos dos 4 para os 6 anos de idade e repor os passes de transporte universais com preço social para crianças e jovens estudantes.
5. Implementar mecanismos de reavaliação automática dos escalões do abono de família, ação social escolar e restantes apoios sociais a crianças e jovens em caso de perda de rendimentos do agregado familiar, incluindo deferimento tácito dos serviços em caso de ausência de resposta por 30 dias, sem prejuízo de posterior reavaliação.
6. Permitir o acesso ao abono de família, ação social escolar e restantes apoios sociais a todas as crianças e jovens, independentemente da nacionalidade ou título legal, desde que estejam inscritas no sistema de ensino português.

Assembleia da República, 24 de setembro de 2014.
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,